

Trabalhadores negros entre a escravidão e a liberdade

Black workers between slavery and freedom

Helen da Silva Silveira,¹ UFRJ

Resumo

Este artigo aborda a temática dos trabalhadores em escravidão e liberdade (1863-1905), na cidade de Santa Cruz do Sul, interior do estado do Rio Grande do Sul. As fontes a serem utilizadas são o livro de batismo de cativos desta cidade (1863-1873) e uma foto dos trabalhadores da linha férrea de 1905. Objetivo deste trabalho não é fazer uma cobertura ampla do período, dado que não se dispõe de fontes para tal, mas evidenciar que a população negra foi parte da classe trabalhadora local em ambos os períodos históricos, tanto em escravidão, quanto em liberdade. E também demonstrar que é possível trabalhar com essa temática mesmo nos “confins meridionais.”

Palavras-Chave: Escravidão; Liberdade; Trabalhadores; Fontes.

Abstract

This article addresses the issue of workers in slavery and freedom (1863-1905), in the city of Santa Cruz do Sul, in the interior of the state of Rio Grande do Sul. The sources to be used are the book of baptism of captives of this city (1863-1873) and a photo of the workers of the railroad of 1905. such, but to show that the black population was part of the local working class in both historical periods, both in slavery and in freedom. And also to demonstrate that it is possible to work with this theme even in the “southern confines.”

Keywords: Slavery; Freedom; Workers; Sources.

“Baptizou solenemente”: escravidão em Santa Cruz

O artigo discute trabalhadores negros em escravidão e liberdade na cidade do de Santa Cruz do Sul, uma cidade que construiu sua imagem e história oficial encima da imigração alemã, invisibilizando a presença de outros grupos sociais, como os negros. Mas estes não só viviam na cidade como eram parte da sua força de trabalho até antes dos imigrantes e continuaram a ser depois de sua chegada. Como fontes são utilizados documentos paroquiais de batismo de escravizados e fotos, a metodologia consiste em analisar como os batismos evidenciam redes de relações do mundo da escravidão e o uso de foto como fonte possível na história do trabalho.

A cidade de Santa Cruz do Sul se localiza em uma região conhecida como Vale do Rio Pardo, por causa do rio Pardo que perpassa por vários municípios e também porque a maior

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

parte destas cidades é resultante do desmembramento da cidade de Rio Pardo que abarcava boa parte do estado até meados do século XIX. Santa Cruz do Sul tem seu mito fundador na imigração. Existem diversos trabalhos produzidos sobre a história do município de Santa Cruz do Sul e a grande maioria deles parte do mesmo marco, a chegada dos imigrantes e a instalação da colônia em 1849: “Este primeiro período foi marcado pelo processo de instalação da colônia, entre 1849 até 1859. Esta periodização é seguida por inúmeros pesquisadores tendo como base o nível de produtividade local.”(NORONHA, 2012, p. 53). Há um entrelaçamento entre a chegada dos imigrantes e o início do desenvolvimento da economia e da povoação.

A imigração como mito fundador alimenta visões míticas sobre o seu processo. Por muito tempo acreditou-se na tese do isolamento geográfico, como se essas colônias tivessem sido instaladas em lugares completamente vazias demograficamente e que não tinham contato com ninguém o que teria proporcionado um fortalecimento étnico no qual valores inerentes aos imigrantes, como trabalho e moral, foram fortalecidos (Piassini, 2017; Grégio, 2016). Por muito tempo também acreditou-se que havia uma incompatibilidade natural entre a escravidão e a imigração devido aos valores morais inerentes e superiores dos imigrantes, conforme Eliege Alves:

A suposta incompatibilidade entre escravidão e capitalismo foi argumento construído em torno do afastamento histórico de escravos e imigrantes europeus [...] O negro, substituído pelo imigrante europeu, intencionalmente desapareceu da história do Rio Grande do Sul. (ALVES, 2011, p. 189).

Neste sentido, estas ideias alimentaram um paulatino apagamento dos sujeitos negros da história do estado e ajuda a entender a narrativa quase heroica da imigração em Santa Cruz do Sul que do nada, do meio do mato fez surgir um povoado e uma movimentada economia. Mas as lacunas e falhas deste discurso já vem sendo apontados pela historiografia estadual a algum tempo, para além dos autores citados existem também pesquisas locais que embora não discutam a fundo antes de 1849, apontam a existência de pessoas antes da segunda metade do século XIX é a dissertação de mestrado de Mateus Skolaude de 2008, denominada *Identities Rasuradas: o caso da comunidade afrodescendente de Santa Cruz do Sul (1970-200)*. Neste trabalho o autor analisa como o discurso da identidade germânica excluiu outros atores sociais, principalmente os negros e como está mesma população lidou com isso. Embora seu foco de análise seja o período de 1970 a 2000 o autor traz dados históricos interessantes sobre o início do século XIX:

Quando chegaram os primeiros colonos ainda existia o sobrado que fora a residência de Rosa (...) Rosa, para resguarda-se das investidas dos bugres, então muito abundantes, fizera cercar a sua morada pelos ranchos de seus numerosos escravos. Era o sobrado feito de madeira, mas coberto de telhas de barro. Morava então no sobrado, que serviu também para alojamento daquelles colonos, João de Faria Rosa, neto do precedente (...) João de Faria, como era mais conhecido, transportou esses primeiros colonos até o lugar dos lotes que lhes eram destinados na então Picada do Abel (MENEZES, 1914, p. 19 APUD SKLOLAUDE, 2008, p. 41).

O autor citado por Skolaude é João Bittencourt de Menezes, um dos primeiros historiadores locais que publicou trabalhos em 1910 e 1920 e foi republicado nos anos 2000, mas que não tive acesso. De qualquer forma, o trecho trazido por Skolaude aponta a existência de grupos sociais muito conhecidos na história do Brasil, indígenas, que ele chama de bugres, os luso-brasileiros, que no caso é o João de Faria Rosa e os negros, que são os escravizados. Ainda segundo Menezes e Skolaude o lugar ficou conhecido como Picada João Faria, e se localiza onde hoje é o núcleo urbano da cidade, devido ao avô deste mesmo senhor que era português e havia se instalado ali há muito tempo, ou seja, a presença destes grupos é muito antiga, muito anterior a chegada dos europeus imigrantes, no caso dos indígenas é meio óbvio dizer o quanto sua presença é antiga e anterior, mas não custa reforçar.

Se a imigração invisibiliza a existência de outros grupos, ela invisibiliza também suas contribuições. Assim, foram os braços imigrantes que construíram a cidade e que fizeram com que ela prosperasse e crescesse, o progresso da cidade se deve a imigração. Há também a questão da superioridade natural dos imigrantes que baseiam sua produção no trabalho livre e familiar. Porém o trabalho bastante importante é a pesquisa final de graduação de Guilherme Spindler de 2016, no qual o autor discute um processo crime envolvendo dois escravizados da colônia de Santa Cruz que possuíam sobrenomes alemães.

No processo “Lucas, pardo, jornalista, escravo de Adão Schirmer, foi acusado como autor do assassinato de Maria, preta, quitandeira, escrava de Henrique Jacob Graeff” (SPINDLER, 2016, p. 01). Além do processo-crime o autor também utiliza do censo populacional de 1872, o livro de batismo dos escravizados e libertos, o livro de óbito dos escravizados da paróquia e um relatório do diretor da colônia João Martinho Buff, tais fontes são usadas para verificar qual era a população escravizada existente em Santa Cruz do Sul na época.

Um dos primeiros apontamentos que o autor traz é que haviam escravizados no povoado, pois foram encontrados 190 registros de batismo e óbito nos livros da paróquia da

cidade que estão na Cúria Metropolitana e o censo de 1872, aponta a presença de 291 cativos no local. Pode não parecer muito, mas se pensar que era o período final da escravidão, quando, em tese, o tráfico interprovincial estava direcionando esta mão-de-obra para o sudeste, percebe-se a dimensão que representa 291 escravizados, muitos vivendo e convivendo dentro do território oficial da colônia.

O processo-crime trabalhado por ele é bem interessante e muito rico de detalhes, pois ajuda no entendimento das funções desempenhadas por estas pessoas e também suas relações e espaços que circulavam.

O crime: homicídio. Réu: Lucas, solteiro, mulato, 37 para 38 anos, natural de Rio Pardo, jornalista, filho de Brígida, escravo do Sr. Adão Schirmer. A vítima: Maria, preta, quitandeira, escrava do Sr. Jacob Graeff. O réu foi acusado de, na madrugada de 7 de março de 1876, assassinar Maria. Conclusão: improcedente (por falta de provas). Ela residia na “*Rua de Riopardinho, no terreno sob o numero nove, na quadra U*”. (SPINDLER, 2016, p. 17).

Tanto a profissão de jornalista, quanto a profissão de quitandeira exigem que esses trabalhadores circulem pelos espaços, ou seja, tanto o réu, quanto a vítima tinham uma vida no espaço público convivendo com outras pessoas, a vítima inclusive morava na vila. Uma das provas de convivência com outros indivíduos são as testemunhas do processo.

Em resumo, o documento Nº 4776 está organizado na seguinte ordem: Summario de Culpa; Auto do exame do cadáver; Termo de inquirição, com Felipe Spengler, Valentin Kolberg e Wiggo Thompson; Auto de Qualificação (o inquérito de Lucas); mais seis testemunhos, de Jacob Henrique Krauz, Valentin Kolberg, Felipe Spengler, Abrahão Tatsch, Wiggo Thompson e Mathias Martins; outro interrogatório do acusado; e as conclusões do Promotor Público e do Juiz formador da culpa (SPINDLER, 2016, p. 18).

Nas falas destas pessoas são relatados os acontecimentos do dia do assassinato de Maria e as testemunhas colocam que Lucas os havia prestado serviços, passado parte do dia jogando carteadado, que o réu estava a cavalo, portava uma espingarda e uma quantia em dinheiro, motivo pelo qual teria matado Maria. Estas informações permitem outro apontamento, a escravidão que se tinha ali não era muito diferente da escravidão presente no restante do país e apontam para “*a capilaridade e a legitimidade*” da mesma. Eram estes dois elementos que permitiam a presença da condição cativa em locais onde ela era proibida e também permitia que o cativo portasse armas e andasse a cavalo.

Outra coisa é que o escravismo não era desconhecido do cotidiano dos colonos, em razão de que, várias das testemunhas são imigrantes para os quais Lucas prestava serviço e com os quais jogava, ou seja, imigrantes e cativos teciam relações cotidianas de trabalho, mas também de lazer.

Além dos processos crimes e de antigos trabalhos uma outra fonte interessante são os registros paroquiais, dado que neles são registrados diversos dados sobre o indivíduo. Um tipo de registro paroquial muito utilizado são os livros de batismos de cativos. Segundo Luciano Gomes:

O batismo é o ato religioso que introduz o indivíduo na comunidade cristã. No império português, o ritual tornara-se particularmente importante, pois se constituiu como um pré-requisito para a participação na comunidade política – mesmo para os escravos na colônia americana [...]. Justamente pela importância deste ritual no cotidiano dos súditos da Coroa portuguesa, os livros de batismos tornaram-se, hoje, uma das fontes seguras para o estudo da sociedade brasileira no período colonial e imperial. (GOMES, 2013, p. 01).

Desta forma, esses registros são fontes confiáveis para quem trabalha com escravidão. Aqui temos o “Livro nº6: Batismo de Escravos e Libertos (25-06) 1863-1873, Freguesia de Santa Cruz” no qual foram registrados todos os nascidos escravizados daquela freguesia. São dez anos de documentos. Em geral, um livro de batismo costuma seguir um padrão, independente da condição ou cor de quem está recebendo os santos óleos. Nele contém as informações: nome, data de nascimento, natural ou legítimo, data de batismo, mãe, pai, dono da mãe, e por consequência do batizado, dono do pai, se for cativo, padrinho, madrinha e local da freguesia em que mora e observações, se houver. Neste livro constam 35 nomes, algo que parece pouco para dez anos de registros, mas há alguns fatores a se considerar que mais adiante serão explicadas. A partir deste livro eu criei um banco de dados excel com um campo para cada um destes dados, criando uma tabela que permitiria serializar e gerar dados estatísticos. Várias são as informações que se podem extrair daqui, mas antes de fazer uma análise mais detalhada dos registros em si, gostaria de falar sobre a coisa mais óbvia, porém muito significativa que este documento apresenta, a presença de negros e negras cativas, nativos e ou africanos, pós-1850 no interior do estado do Rio Grande do Sul.

Este fato por si só, somado aos trabalhos apresentados anteriormente, já causa sérias infiltrações no discurso heróico imigrante. Ele também é uma forma de inserir esta cidade enquanto interior do Brasil em uma discussão que vem acontecendo desde o final dos anos de 1990 no campo da história do trabalho e que tem ganhado cada mais força, o lugar da

escravidão e dos escravizados na história social do trabalho nacional. Em um artigo que reverbera até os dias de hoje a autora Silvia Lara escreve o seguinte:

A maioria dos autores que tratam da história do trabalho no Brasil costuma iniciar sua análise no final do século XIX ou mesmo nas primeiras décadas do século XX. Identificada com a história do trabalho livre (assalariado), a história social do trabalho no Brasil contém, em si mesma, um processo de exclusão: nela não figura o trabalho escravo. Milhares de trabalhadores que, durante séculos, tocaram a produção e geraram a riqueza no Brasil ficam ocultos, desaparecem num piscar de olhos. (LARA, 1998, p. 01).

Desta forma, por muito tempo a escravidão foi interpretada como não trabalho e os escravizados por consequência como não trabalhadores. Isto teve consequências no lugar e no peso que alguns marcos temporais passaram a ocupar e ter, como colocam os autores Paulo Fontes e Alexandre Fortes:

Essas perspectivas, abordagens e problemas historiográficos compartilhados ajudou a formar uma tradição acadêmica comum. Em 2009, os historiadores Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva resumiriam seus principais alvos como a demolição do “muro de Berlim historiográfico brasileiro”. Enquanto a metáfora parece um pouco desajeitada, o que significava era a necessidade de estudar e analisar a história e as experiências dos escravos e do salário “duplo grátis” trabalhadores como parte do mesmo processo histórico de formação da classe trabalhadora. Eles não apenas rejeitaram os limites artificiais e cronologias que dividiu os campos acadêmicos, mas também vislumbrou uma concepção ampliada de “Trabalho” e “trabalhadores” próprios. (FONTES; FORTES, 2018, p. 06-07).

Neste sentido, esta pode não parecer a melhor das metáforas, mas ela implica no marco cronológico da abolição, 1888, que costuma dividir escravidão do trabalho, escravizados e trabalhadores. Negros como não trabalhadores, como escravos, anômicos e deformados, brancos, principalmente os imigrantes, como trabalhadores, como liberdade e superioridade. Em um nível mais profundo, “a historiografia da transição postula a tese da “substituição” do escravo pelo trabalho livre; com o negro escravo desaparecendo da história, sendo substituído pelo imigrante europeu” (LARA, 1998, p. 03).

O muro de Berlim historiográfico ainda não foi totalmente derrubado e o paradigma da ausência ainda paira, mas é inegável que importantes avanços foram feitos no sentido de entender que escravidão era trabalho, que os escravizados eram trabalhadores, que a tese da substituição é falaciosa. Assim, a presença negra constatada a partir daqueles 35 registros de batismos da Freguesia de Santa Cruz reafirma que haviam trabalhadores e trabalhadoras negras escravizados naquela região, algo que não deveria ser visto com muita surpresa dada a

força da escravidão e sua capilaridade pelo território nacional, mas é importante que se reafirme isso para não ser esquecido.

Além das divisões que se criaram cronologicamente, as diferentes regiões do país receberam atenção de forma bastante desigual e “foi limitada aos dois estados mais importantes em termos econômicos e políticos (São Paulo e Rio de Janeiro) gerou uma grande demanda por pesquisas em outras regiões dentro das fronteiras do Brasil” (FONTES; FORTES, 2018, p. 12). Demandas e interpretações bastante equivocadas. A ideia de que a escravidão estaria associada unicamente com *plantations* e monoculturas fez com se acreditasse que ela estaria ausente do sul do país. Ao falar sobre Santa Catarina, Daniela Sbravati coloca que:

A historiografia tendeu a considerar o território catarinense a partir de determinadas “particularidades” de sua formação histórica. Por não se caracterizar como uma área tipicamente escravista, como as de grande plantação, o trabalho escravo foi muitas vezes subestimado e até desconsiderado em comparação a outras áreas do país. Desta maneira, a província, com suas características de produção familiar e econômica pouco ligada aos ciclos da acumulação pré-capitalista, não fazia realmente parte da dinâmica econômica de comércio interno e externo (SBRAVATI, 2009, p. 14).

Desta forma, uma parte significativa do trabalho de pesquisa atualmente é desmistificar visões arraigadas sobre a região que pesquisamos, afinal pode não ser o centro, parecer um pouco longe, mas ainda é Brasil e participou dos processos de formação nacional.

A fonte paroquial é uma fonte complexa, dado que muitas são as relações e informações possíveis de serem extraídas dela. O primeiro registro do livro diz o seguinte:

Aos vinte e cinco de junho de mil oitocentos e sessenta e três na Villa de Thereza da Freguezia de Santa Cruz do baptizou o Padre Miguel Kellrer, missionário da Companhia de Jesus solenemente o Silociro, nascido aos vinte e seis de maio do anno passado, filho natural de Margarida, escravos de José Furtado Vieira, morador da Villa Thereza, sendo padrinhos Lucas Antonio Espinola, solteiro e morados da Villa Thereza e Senhorinha Pacifica da Conceição solteira. E apara contar fiz este termo que assignei².

Como se pode ver, na Freguesia de Santa Cruz havia uma vila, a villa Thereza, que era o núcleo da freguesia e com exceção da madrinha todas as demais pessoas moravam na nela. Outra coisa, o batizado era uma criança pequena com pouco mais de um ano de idade e era filho natural de Margarida, isso significa que sua mãe não era casada com o pai do rebento ou

² As referências completas dos batismos citados neste artigo encontram-se junto das referências bibliográficas com seus respectivos links de acesso.

que eles não tinham uma relação reconhecida de alguma forma e que a paternidade acabava sendo omitida.

Nem José e nem os padrinhos, que são solteiros aliás, possuem o mesmo sobrenome o que pode apontar para o fato de serem de famílias diferentes, significando uma relação de compadrio e comadrio entre famílias distintas. E por último, o batismo além ser um rito religioso é também uma forma de registrar a posse sobre aquele que está recebendo os santos óleos, afinal batizar uma criança e dizer a quem ela pertencia é uma forma de registrar sua posse sobre ela. Como está no documento “Silociro, [...], filho natural de Margarida, escravos de José Furtado Vieira”.

Este é apenas o primeiro batismo do livro e dele foi possível perceber todas estas coisas, então quando se olha para todos se nota que há um micro universo social nos documentos. Se pode, por exemplo, ver as relações de gênero presentes naquela freguesia dos oitocentos, como disse Daniela Sbravati:

Sobre as mulheres e sua atuação social, pode-se considerar que existiu um silenciamento e, ainda que atualmente estejam mais presentes nas pesquisas historiográficas, a figura do senhor de escravos, por exemplo, continua a ser representado pelo homem (SBRAVATI, 2009, p. 15).

Neste caso, a autora se utiliza de várias fontes para pesquisar mulheres brancas solteiras e viúvas proprietárias de escravizados em Desterro do século XIX. Entre todas as mulheres nessas condições é Rita de Cássia Luiza da Silva Poyção quem mais chamou atenção da autora, por “seu nome estar presente em diferentes tipos de documentos, o que demonstra seu trânsito pela cidade” (SBRAVATI, 2009, p. 18). Rita de Cássia possuía casas e cativos a quem deixou parte de seus bens, incluindo a casa onde ela morava.

Na freguesia santa-cruzense encontrei dois registros de mulheres brancas batizando seus cativos, Thereza Maria de Jesus que era proprietária de Prudencia e de Margarita que fora batizada em setembro de 1864, residentes da Villa Thereza. O outro nome é de Clarinda Ignácia da Silva proprietária de Maria, mãe natural de Jacintho nascido e batizado no emblemático ano de 1871, também moradores da Villa Thereza. Existe também registros nos quais a mulher aparece juntamente com seu marido como proprietários, como Maria Fausta Lopes Chagas que junto com seu marido José Lopes Simões aparece mais de uma vez. Ao todo são três as vezes que o casal levou mães cativas para batizar seus rebentos.

Tem-se aqui uma dimensão possível de análise da documentação, para evidenciar a existência de mulheres para além da posição de esposa e mãe como fez Daniela Sbravati. No

entanto, antes que tratemos todas as mulheres como iguais é preciso pensar nas relações de gênero e raça de forma cruzada. Isto é fundamental para não perdermos de vista que uma sociedade colonizada e escravista como o Brasil do século XIX, a sociedade é altamente hierarquizada, ou seja, as pessoas partiam de lugares diferentes. Nos documentos apresentados por Daniela Sbravati e por esta que vos escreve as mulheres brancas são proprietárias de escravizados, são, portanto, escravistas também, ou seja, elas se beneficiavam do sistema ali existente e o alimentavam. Eram proprietárias de homens e de outras mulheres. Ainda que exista um silêncio sobre as mulheres é preciso perguntar qual a cor delas.

Como coloca a autora, Rita de Cássia alforriou Ignez quando esta tinha apenas três meses de vida, com a “condição pela qual ficou livre foi a de servir e acompanhar sua senhora enquanto viva fosse.” (SBRAVATI, 2009, p. 19). Isto só aconteceu quando Ignez já contava com seus 34 anos de idade. O mesmo destino coube a Justina, irmã de Ignez alforriada condicionalmente aos sete meses de vida, devendo também acompanhar sua senhora até o fim de sua vida. Elas eram filhas de Felícia que não foi citada no testamento e a autora não cita documentos sobre sua liberdade.

Isso é estratégico, é pensado, assim como batizar é ritualístico ao mesmo tempo em que registra a posse, libertar condicionalmente e manter membros da família sob sua posse são estratégias de dominação, formas de conservar um poder sobre aquelas pessoas e garantir determinados sentimentos de gratidão. No entanto, não se pode tomar essas mulheres por ingênuas e benevolentes senhoras, isso é infantilizá-las e subestimar suas capacidades. Já as mulheres negras lidavam com outras questões e sua situação possibilita um diálogo com produções transnacionais na História Global do Trabalho aonde, infelizmente, o apagamento das mulheres não é uma exclusividade brasileira e foi verificada em outros países como a Índia por exemplo. A pesquisadora Chintra Joshi ao analisar a presença das mulheres no mercado de trabalho coloca que:

Até muito recentemente não havia nenhum compromisso sério com as questões de gênero e o trabalho das mulheres na escrita da história do trabalho na Índia. Por um lado, porque as mulheres continuam invisíveis nas páginas da história em geral, e os historiadores do trabalho faziam pouco para dar-lhes visibilidade. Por outro lado, por conta da história do trabalho na Índia permanecer, até recentemente, centrada nas fábricas. O foco exclusivo na fábrica como o local do trabalho produtivo significou a negligência de outros espaços de trabalho, em áreas rurais e nas unidades domésticas (JOSHI, 2009, p. 01).

É necessário destacar que existem sérias diferenças entre a Índia e o Brasil, haja vista que, que o propósito e formato de suas colonizações foram distintos, mas se tratam de países do terceiro mundo com sociedades bastantes desiguais e hierárquicas a partir de marcadores como raça e casta. E como aqui, na Índia as mulheres, principalmente das classes mais empobrecidas, também foram invisibilizadas enquanto trabalhadoras. Há aqui uma aproximação.

No caso das mulheres negras para começar elas eram escravizadas, ou seja, trabalhavam forçadamente e pertenciam a alguém. Depois seus filhos, aqueles que estavam sendo batizados, estavam também sob o julgo do cativo, nesta hierarquia social elas estavam em um lugar bem mais vulnerável do que as mulheres brancas, com isso suas estratégias eram outras. É necessário um olhar interseccional³ para compreender esse entrecruzamento de estruturas de dominação simultaneamente que moldam as experiências de cada sujeito e os colocam em posições sociais hierarquicamente desiguais.

No livro de batismo existem alguns casos de mulheres negras que foram mãe mais de uma vez. Em vinte e um de março de 1866, Margarida batizava seu segundo filho, Germano que nascera em vinte cinco de maio do ano anterior. Os padrinhos foram João e Caitana, ambos cativos de Sisundo Coelho Costa e a cerimônia aconteceu na Igreja Matriz de São João Batista no centro da Villa Thereza. Aqui temos um indício muito importante da formação de um laço familiar ritual entre cativos, dado que mãe, filho e padrinhos eram todos cativos. Assim como o ato de batizar registra a posse do escravista sobre mãe e filho cativos, ela também registra o compromisso sacramentado do padrinho e madrinha com a mãe e o filho e que, portanto, não pode ser desconsiderado ou deslegitimado pelos demais. Neste sentido, caso aconteça algo com a mãe, os padrinhos estariam ali para acompanhar seu rebento.

Esta é uma estratégia interessante porque garante a estes escravizados o direito ao convívio familiar e comunitário com seus iguais, garante que a criança recém-nascida não seja retirada de forma indiscriminada dos laços que ali se formam. Mãe e filho pertenciam a um proprietário, José Paranhos da Silva e os padrinhos pertenciam a outro proprietário, Sisundo Coelho Costa, ou seja, existe aqui um certo nível de mobilidade e circulação dos cativos pela vila, suas relações parentais extrapolavam os limites das senzalas de seus senhores. Percebe-se também que Silóciro, o primeiro filho de Margarida, teve como padrinho duas pessoas que eram livres e possivelmente brancas, haja vista que, em seus nomes não tinham adjetivos

³ Para saber mais sobre esse conceito ver: (DAVIS, 2016); (AKOTIRENE, 2018); (COLLINS, 2017).

como libertos ou livres. Isso demonstra que diferentes relações se formavam a partir dos batismos, “laços para cima”, com pessoas livres e “laços para os lados”, com cativos. Assim a mãe cativa conseguia criar uma rede de relações que abarcassem várias pessoas que partiam de diferentes lugares e garantia para e ela e seus filhos um alcance maior de mobilidade e circulação.

Margarida batizaria ainda mais um rebento, desta vez seria Luiz que nasce em 1867, um ano após seu irmão Germano receber os santos óleos. Mas Margarida não foi a única mãe a levar mais de um filho seu para a pia batismal, Josefa também esteve três vezes na igreja para cumprir este mesmo ritual. Escravizada por Sebastião José da Silva, ela foi mãe de Manoel, que nasceu em dezembro de 1863, de Eva nascida em vinte e seis de dezembro de 1866 e de David que veio ao mundo em vinte e seis de novembro de 1870.

Moradores de Rincão del’Rei, uma localidade de Santa Cruz do Sul, o que chama a atenção no caso dos filhos de Josefa não são os padrinhos das crianças, que eram todos livre e sem qualquer indicio de cor ou passagem pelo cativeiro. O interessante aqui é que todos eles são pardos. Todos os filhos de Josefa são registrados como pardos, aliás, os únicos pardos documentados no livro, ela por outro lado não teve sua cor destacada. A cor de seus filhos é diferente daquela registrada para Balbina, filha de Zeferina e que pertencia ao mesmo escravista de Josefa, Sebastião José da Silva. Balbina foi aferida como preta em seu batismo e nasceu em vinte e um de abril de 1867, também em Rincão del’ Rei.

No entanto, a Balbina tinha como padrinhos uma combinação muito importante, pois seu padrinho foi João da Silva escravo de Cypriano José da Silva e sua madrinha foi Joaquina Maria de Oliveira, liberta. Veja que aqui temos um “laço para cima” e “um laço para o lado”, mas ambos são com pessoas negras e que vivem ou viveram a escravidão em algum momento. É considerável o potencial familiar e de liberdade que estes laços rituais possuíam, pois em cativeiro ela tinha um padrinho e em liberdade uma madrinha.

Perceba também que João tinha sobrenome, Silva, mesmo não sendo livre e este sobrenome era o mesmo de seu senhor Cypriano que por sinal tinha o mesmo segundo nome e sobrenome que o senhor de Josefa e Zeferina, o Sebastião. Tanto ele, quando Cypriano eram José da Silva o que indica que eles poderiam ser também parentes.

Neste sentido, Zeferina pode ter construído relações com cativos de familiares do seu senhor. A respeito do sobrenome Rodrigo Weimer coloca que: “Reconhecer ou negar um sobrenome ao ex-cativo possuía um significado político: é como se o antigo senhor, representado através de seu nome, conferisse um aval para a validação do testemunho do ex-

escravo.” (WEIMER, 2007, p. 224). Apesar de estar falando sobre libertos o autor traz um ponto que conversa com esta discussão que são as relações para cima, pois adotar o mesmo sobrenome de seu senhor significava vincular-se a alguém que estava acima na hierarquia social dos oitocentos.

Com certeza, Balbina partia de um lugar diferente de Manoel, Eva e David, pois ela era preta e eles eram pardos, o que se traduzia em vantagens sociais para eles, mesmo que os quatro fossem cativos do mesmo senhor. No entanto, Zeferina conseguiu equilibrar minimamente as coisas para sua filha ao escolher uma liberta como sua madrinha, ou seja, era alguém que sabia como alcançar a liberdade e que poderia ajudar Balbiana a chegar lá e cuidar dela caso isso acontecesse.

Há ainda diversas outras situações e histórias que poderiam ser analisadas de forma mais detalhada, mas este artigo não pretende esgotar aquela fonte. No entanto, existe um último caso que gostaria de trazer para o centro do palco, o de Maria Basília.

Aos vinte e dois de março de mil oitocentos e sessenta e nove batizou solenemente e pos os santos óleos o (R.) P. Bernardo (E...) a Maria Basília, nascida aos quinze de fevereiro do ano passado, filha de Lauriana livre e de João escravo de Cypriano José da Silva, sendo padrinhos José e Joaquina libertos do que para constar fiz este assento que assignei. Padre José Stüer Vigário.

O registro dela faz meu olho de pesquisadora brilhar, pois inverte algo que estamos mais que acostumados, aqui a mãe é livre, provavelmente foi liberta após dar à luz, entre os meses de nascimento e batismo da criança. Maria Basília é também a única criança a ter o nome do pai identificado no livro e este pai já não é mais um desconhecido para nós, haja vista que, ele é o João que apadrinha Balbina e é cativo de Cypriano. A presença de João no batismo da filha levanta questões sobre os pais das crianças porque eles existem, mesmo que não tenham sido reconhecidos. Segundo Camila Cowling:

Os senhores do sexo masculino eram considerados *paterfamilias*, eram chefes de família com autoridade sobre esposa e os filhos e também sobre os dependentes, criados e escravos de ambos os sexos. [...] Os escravos que fossem pais podiam amar, cuidar e ajudar a comprar a alforria de seus filhos, e de fato o faziam, mas mesmo assim, não tinham nenhum vínculo oficial com a criança (COWLING, 2018, p. 110-111).

Desta forma, a paternidade e o direito dos escravizados homens a ela era seriamente prejudicada pelo não reconhecimento deles enquanto pai. Desconfio ainda que isso influencie

na masculinidade desses homens negros, Chintra Joshi explica que na Índia a capacidade dos homens de prover suas famílias afeta diretamente suas identidades.

Em segundo lugar, há uma mudança na psicologia social dos trabalhadores – um sentimento de perda de masculinidade. Para os homens empregados em indústrias, o trabalho fabril ordenava um *status* social que definia sua masculinidade e identidade. O trabalho dava a eles um sentimento de poder, um *status* dentro do mundo masculino urbano. Hoje, as narrativas dos homens trabalhadores exibem imagens de decadência e envelhecimento, fazendo comparações entre seus corpos e as máquinas surradas da fábrica. A perda de trabalho atualmente implica mais que uma perda econômica, significa também uma perda de masculinidade, uma emasculação, uma desestabilização da autoridade masculina dentro da família (JOSHI, 2009, p. 21).

Neste sentido, os homens negros cativos tinham que responder a outros homens que por sua vez eram brancos e seus senhores que acabavam tendo maior poder sobre suas mulheres e filhos e tinham seu poder e autoridade muito fragilizados, algo que deveria afetar suas identidades e acarretar em perda de uma dimensão significativa da masculinidade. Sendo assim a situação de João se torna ainda mais interessante porque ele é pai reconhecido, legitimado em batismo o que concede a ele de exercer essa paternidade de uma forma mais segura e extensa que pode proteger sua filha e participar de seu crescimento, mesmo que ela se torne livre e ele não ou vice-versa.

Já os padrinhos da pequena, assim como a mãe também eram livres, duas pessoas que viveram o cativeiro e alcançaram a liberdade o que aumentava ainda mais o contato e as chances dela com a emancipação. José, o padrinho liberto poderia cumprir o papel de pai na ausência de João.

Como disse antes, não pretendo esgotar esta fonte aqui, mas com base no que foi mostrado até aqui é possível entender que existiu escravidão em Santa Cruz do Sul, que os imigrantes sabiam, tinham contato e usufruíam dela. Ela também é anterior a chegada dos colonos e haviam um universo de sujeitos que podiam ser pardos ou pretos, ter padrinhos livres ou cativos ou um de cada. Podiam ter mãe cativa ou livre e tinham pai mesmo que este fosse ocultado ele existia e as vezes conseguia ser reconhecido como tal. As relações eram entre iguais e com aqueles que estavam hierarquicamente acima, mas existiam e formavam importantes redes de solidariedade, proteção e apoio.

Pode parecer pouco 35 batismos, mas aquela localidade existia a muito tempo, tendo seus escravizados registrados em Rio Pardo antes de ser elevada a Freguesia e ter um livro próprio. Estes registros estão dentro daqueles 291 cativos que Guilherme Spindler encontrou,

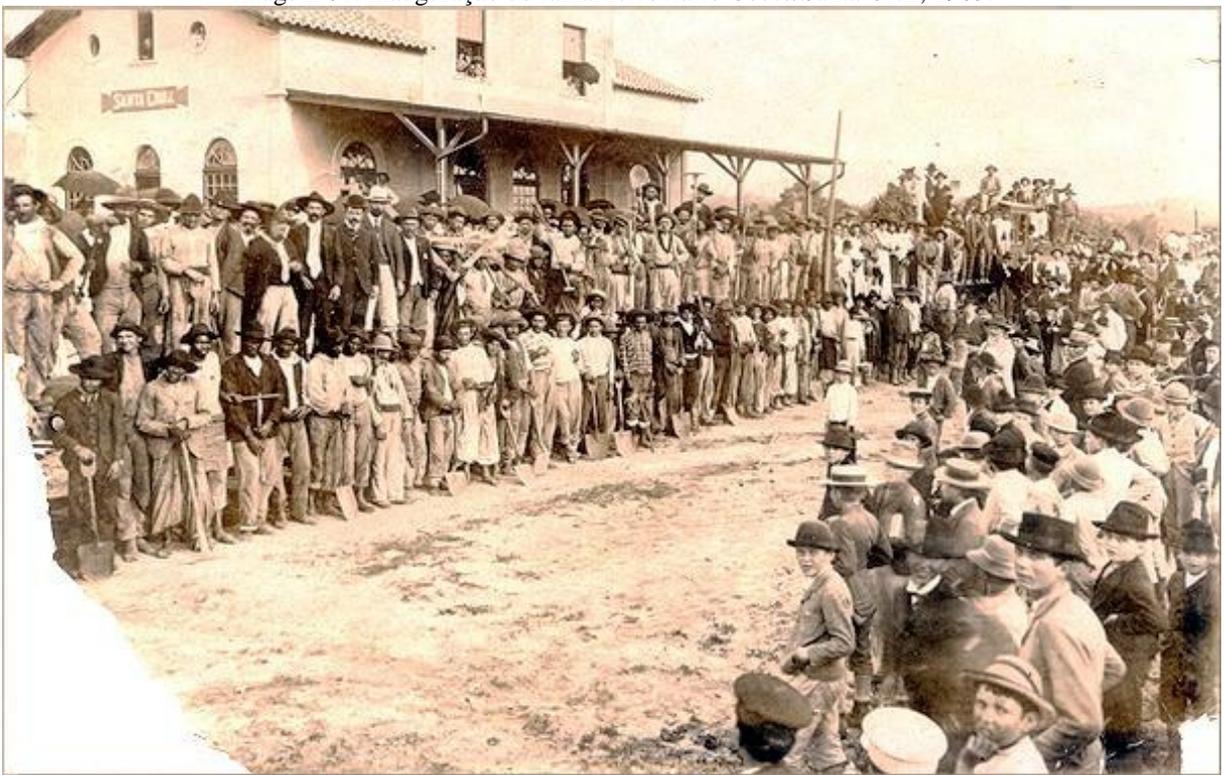
ou seja, a que se considerar outras fontes para termos uma noção melhor da quantidade de escravizados como ele fez.

Agora que sabemos como foi a vivência de trabalhadores e trabalhadoras em escravidão passemos para a liberdade, aquela que Zeferina, Josefa e Margarida passaram anos montando estratégias para conseguir.

Racializando os trabalhadores livres

Avançando algumas décadas chegamos na agora emancipada cidade de Santa Cruz do Sul de 1905, uma cidade que está em pleno desenvolvimento econômico e tem na indústria do fumo o seu carro chefe. Esta cidade soube atrelar muito bem o discurso imigrante de infalível ética do trabalho e moral a certos incentivos econômicos para gerar prosperidade local (NORONHA, 2012). Mas o que pensar quando vemos a Imagem 01?

Imagem 01: Inauguração do ramal ferroviário Couto/Santa Cruz, 1905.



Fonte: Retirado de Noronha (2012, p. 59).

A ideia de tratar fotos como fontes consiste em poder problematizá-las, fazer análises e extrair informações, pois “Aí reside a competência daquele que analisa imagens do passado: no problema proposto e na construção do objeto de estudo. A imagem não fala por si só; é

necessário que as perguntas sejam feitas.” (MAUAD, 1996, p. 10). Uma fotografia é um tipo de registro do passado, um registro imagético que permite termos um vislumbre, ainda que momentâneo, de outra época. Ainda segundo Mauad:

Do ponto de vista temporal, a imagem fotográfica permite a presentificação do passado, como uma mensagem que se processa através do tempo, colocando, por conseguinte, um novo problema ao historiador que, além de lidar com as competências acima referidas, deve lidar com a sua própria competência, na situação de um leitor de imagens do passado. Retomamos, neste ponto, a pergunta anterior: como olhar através das imagens? Por tudo que já foi dito, considerando-se a fotografia como uma fonte histórica que demanda um novo tipo de crítica (MAUAD, 1996, p. 10).

Neste caso, a crítica me parece girar em torno das camadas que podem ser extraídas da imagem. Por muito tempo acreditou-se que os negros e negras teriam sido tão violentados pela escravidão que teriam se tornado serem anômicos e incapazes de se adaptar ao mercado de trabalho livre e ao trabalho assalariado. Por outro lado, em Santa Cruz do Sul a construção da identidade germânica é tão forte que além do atrelar a prosperidade local a imigração, existe, por exemplo, uma festa tradicional na cidade que ocorre todos os anos que se chama Oktober Fest, ou Festa de Outubro, uma tradicional festa alemã na qual as mascotes são o casal Fritz e Frida. Mas na foto acima podemos ver, mais uma vez, que não foi bem assim, sendo esta primeira camada que se pode extrair dela.

Esta foto é da inauguração do ramal ferroviário da cidade em 1905. Ele ligava Santa Cruz do Sul do Sul a estação do Couto de Rio Pardo. Segundo Mauad:

A fotografia deve ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social de produção sógnica. Neste sentido, toda a produção da mensagem fotográfica está associada aos meios técnicos de produção cultural. Dentro desta perspectiva, a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar (MAUAD, 1996, p.11).

Neste sentido, a foto expressa também a organização social, em alguma medida, do momento que está retratando. Aqui temos de um lado, a população no geral, com seus paletós e chapéus sociais, e do outro temos os trabalhadores responsáveis por construírem aquele ramal, estes por sua vez usam roupas e chapéus simples de trabalho e carregam ainda os instrumentos que usaram na empreitada, como as pás. No meio destes trabalhadores, na linha superior direita, há homens bem vestidos e arrumados que devem ser as autoridades, haja vista que, segundo Andrius Noronha foi Borges de Medeiros, o então governador do estado,

quem inaugurou a estação. Se olharmos bem para estes trabalhadores percebemos que entre eles existe uma quantidade significativa de homens negros, ou seja, eles também foram responsáveis pela construção e estavam lá, ao lado, possivelmente do governador para posarem para a foto que marcaria aquele 15 de novembro de 1905.

Todavia, há um nível mais profundo da crítica a fonte a ser discutido, haja vista que, se olharmos com atenção para a foto, refletindo sobre a época em que foi tirada a partir das discussões que aqui foram feitas veremos que ela se relaciona com uma fase de embelezamento e urbanização desta cidade e o que seria do progresso sem a locomotiva? Robério Souza (2010) coloca que na Bahia do pós-abolição o trabalho ferroviário foi fundamental para a implementação das novas disciplinas de trabalho, dado que esta categoria foi fortemente marcada pelas “tentativas específicas de reorganização e regulamentação do processo de trabalho. Nas ferrovias essas práticas foram traduzidas em relações de trabalho rigidamente hierarquizadas e imposições disciplinares.” (SOUZA, 2010, p.02).

A ideia do progresso não passa somente pelo aperfeiçoamento das máquinas e do transporte, passa também pelo reordenamento das relações de trabalho e uma “reeducação” do trabalhador que deveria ser disciplinado e resiliente para aguentar as duras e longas jornadas de trabalho ferroviário. Ainda segundo o autor na estrada de ferro havia uma repartição dos trabalhadores que poderiam ocupar diversas funções de acordo com seu nível de especialização:

Esses trabalhadores estavam distribuídos entre “titulados” ou “mensaleiros” – aqueles que ocupavam empregos fixos – e os “jornaleiros” – recrutados para trabalhar como diaristas. Em se tratando da divisão do trabalho, sabe-se que havia o pessoal que, ganhando maiores vencimentos, era responsável pelas atividades desenvolvidas em seus respectivos setores. Tudo indica que os salários dos operários variavam de acordo com as profissões ocupadas, de modo que quanto mais especializado fosse o serviço maior seria a remuneração alcançada (SOUZA, 2010, p. 12).

Conforme os dados trazidos pelo autor os trabalhadores menos qualificados tinham cor e identidades bem demarcados e para perceber essa cor e identidade o autor também se utiliza de fotos aonde se pode ver homens negros trabalhando na estrada de ferro em 1900. Infelizmente não disponho de mais dados para saber como se distribuían as funções na construção do ramal ferroviário de Santa Cruz do Sul, mas é possível ter uma certa noção a partir da discussão e dos autores apresentados e fazer disto um apoio para hipóteses futuras. Mas uma coisa é certa no caso desta cidade, aquela estação foi fundamental para o escoamento da produção local de fumo e para a instalação posterior de linhas telefônicas que possibilitavam comunicações mais rápidas desta com outras cidades (Noronha, 2012).

Portanto, mesmo que os trabalhadores negros pudessem ocupar funções mais baixas não há como negar que eles estavam ali, inclusive para receber os devidos créditos na foto da inauguração.

De forma geral o que este artigo procurou demonstrar é que mesmo no interior do estado do Rio Grande do Sul, onde acredita-se existir somente pessoas de pele e olho claro, a população negra esteve e está presente. Escravidão foi disseminada e constituiu um braço fundamental do trabalho no século XIX. Mesmo que a historiografia de imigração tenha se esforçado para dizer o contrário os negros e negras são mais antigos do que os europeus que pra cá vieram na segunda metade daquele século e eles não só tinham contato com os escravizados como também usufruíam de seus serviços.

Já no século XX, quando a cidade estava em pleno crescimento urbano e econômico mais uma vez estavam lá os negros fazendo parte do processo, ainda que haja um esforço para invisibiliza-los seja grande existem fontes que nos possibilitam ver e identificar.

É importante também uma análise que demonstre a complexidade das relações e da sociedade em cada época. Na escravidão mesmo sendo uma sociedade violenta e hierárquica estes sujeitos negros e negras procuraram constituir suas famílias estendidas e rituais de forma que uma mãe pudesse garantir zelo, proteção e convívio familiar a seus rebentos, existe aqui uma noção de comunidade cativa que foi paulatinamente montada.

Para os homens, tanto em escravidão, quanto em liberdade, havia determinados aspectos de suas vivências que tinham impacto direto em suas masculinidades e era preciso pensar em estratégias para garantir que isso fosse minimamente assegurado sempre que possível. Estar presente no registro de batismo de sua filha e ser registrado como pai, ser reconhecido como trabalhador era imprescindível a eles. Os documentos paroquiais e as fotografias possibilitaram reconhecer homens negros constituindo famílias e como trabalhadores mostrando-se como fontes potentes.

Trabalhadores e trabalhadoras cativas e livres, funcionários da estrada de ferro sem os quais não tem Freguesia, não tem progresso e urbanização da cidade. Esses são seus lugares por direito nos processos históricos e mesmo que se tente muito, não há como tirar.

Fontes

Lista de Batismos de Escravos e de Filhos de mulheres escravas

Silóciro. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p. 01. Registro de batismo de Silociro, batizado em 25/06/1863. Disponível na

Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZN4-K?i=2&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Margarita. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.01. Registro de batismo de Margarida, batizada em 26/09/1864. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZN4-K?i=2&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Jacinto. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.03. Registro de batismo de Jacinto, batizado em 25/11/1871. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZN9-1?i=4&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Germano. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.01. Registro de batismo de Germano, batizado em 21/03/1866. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZN4-K?i=2&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Luiz. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.01v. Registro de batismo de Luiz, batizado em 16/06/1868. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNV-Z?i=3&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Manoel. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.03v. Registro de batismo de Manoel, batizado em 12/1871. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNV-8?i=5&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Eva. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.03v. Registro de batismo de Eva, batizada em 12/1871. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNV-8?i=5&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

David. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.03v. Registro de batismo de David, batizado em 12/1871. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNV-8?i=5&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Balbina. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.03v. Registro de batismo de Balbina, batizada em 12/1871. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNV-8?i=5&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Maria Basília. Paróquia de São João de Santa Cruz. Livro de batismos dos Escravos, nº6, 1863-1873, p.03v. Registro de batismo de Maria Basília, batizada em 22/03/1869. Disponível na Plataforma Family Search em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7ZNV-Z?i=3&cc=2177295&cat=415560>. Último acesso em 27 de setembro de 2021.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Eliege Moura. Presentes e invisíveis - escravos em terras alemãs (São Leopoldo - 1850 - 1870). In: ARENDT, Isabel C.; WITT, Marcos A. (Orgs.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História(s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011.
- COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro**. Tradução: Patrícia Ramos Geremias e Clemente Penna. Campinas: U NICAMP, 2018.
- GRIGIO, Ênio. “**No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse**”: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.
- FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; MAYER, David (orgs). Brazilian Labour History in Global Context: Some Introductory Notes. *IRSH* 62 (2017), Special Issue, pp. 1–22 doi:10.1017/S0020859017000645
- GOMES, Luciano Costa. Compadrio e apadrinhamento de escravos em porto alegre, 1772 – 1800. **Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis 2013. Anais Eletrônicos. Disponível em:
<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/lucianogomes.pdf>. Acesso em: 13/01/2020.
- LARA, Silvia. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, 1998.
- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, RJ, vol. 1, nº2, 1996, p.73-98.
- NORONHA, Andrius Estevam. **Beneméritos Empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2012.
- SOUZA, Robério. Organização e disciplina do trabalho ferroviário baiano no pós-abolição. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 3, 2010.
- SBRAVATI, Fabiane. Mulheres de (In) certa condição. POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. (orgs). Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho. Dossiê. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1 n. 2 (2009).
- JOSHI, Chintra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. (orgs). Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho. Dossiê. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1 n. 2 (2009).
- PALERMO, Silvana Alejandra. Masculinidade, conflitos e solidariedades no mundo do trabalho ferroviário na argentina (1912-917). POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. (orgs). Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho. Dossiê. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1 n. 2 (2009).
- PIASSINI, Carlos Eduardo. **Imigração Alemã e Política: Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Hansel, Brügggen e Bartolomay**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

SKOLAUDE, Mateus. **Identidades rasuradas:** O caso da comunidade afro-descendentes de Santa Cruz do Sul (1970-2000). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul-RS, 2008.

SPINDLER, Guilherme Würdig. **Escravos na colônia de Santa Cruz (1849 – 1889)** Lucas, escravo de Adão Schirmer e Maria, escrava de Henrique Jacob Graeff. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade:** experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo- RS, 2007.